

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2006

1. PROGRAMA – EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADE BRASILEIRA-0052

1.1- OBJETIVOS:

1.1.1 - Objetivo Geral

A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P tem como objetivo inserir critérios ambientais nos órgãos governamentais, particularmente nas suas atividades meio, visando minimizar e/ou eliminar os impactos ao meio ambiente, provocados por suas atividades administrativas e operacionais, tendo como base de atuação diagnósticos, prognósticos (cenários), e estudos para a busca de soluções para os problemas detectados.

1.1.2 - Objetivo Específico

Fortalecer as atividades da Comissão Gestora da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P por meio de parcerias com órgãos públicos, órgãos técnicos especializados, organizações não-governamentais, cooperativas e empresas interessadas em trabalhar a gestão ambiental e, ainda, estabelecer e divulgar diretrizes para implementação desta agenda; Instrumentalizar técnica e politicamente as administrações públicas para inserção de critérios socioambientais que possibilitem melhoria do ambiente de trabalho e da relação do servidor público com o bem público; o uso positivo do poder de compra do governo; a redução dos impactos socioambientais negativos advindos das atividades administrativas governamentais (grande geração de resíduos sólidos e perigosos; desperdício de água, de energia e de bens de consumo).

Promover a troca de experiências entre as instituições que trabalhem a A3P;

Transformar os equipamentos públicos ocupados pelo Ministério do Meio Ambiente em modelos para demais administrações públicas.

1.2 – INDICADORES OU PARAMETROS DE GESTÃO

1.2.1 – Nome

Órgãos públicos, dos diferentes poderes e esferas, que aderiram formalmente à A3P, por meio da assinatura do Termo de Adesão à A3P.

1.2.2 – Descrição

Não aplicável

1.2.3 – Tipo de Indicador

Órgão de administração pública com comissão setorial estabelecida e que tenha alcançado as metas locais que vão ao encontro das diretrizes da Comissão Gestora da Agenda Ambiental.

1.2.4 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Números de órgãos públicos parceiros

1.2.5 – Avaliação do Resultado

Em virtude dos trabalhos efetuados pela equipe da A3P na SDS em conjunto com a Comissão Gestora da A3P no MMA, relacionados à inclusão da A3P como ação do PPA, no âmbito do Programa 0052 – Educação Ambiental, não houve a possibilidade de execução financeira das atividades propostas, as quais envolviam os recursos disponíveis para a A3P para o exercício 2006 (conforme anexo) no valor aproximado de R\$ 142.000,00 até outubro de 2006.

Neste período, havia um empenho/realizado referente à mais de 70 % do total empenhado para 2006, os quais não foram gastos nas ações propostas pela equipe da A3P (propostas apresentadas ao DEMA em anexo).

Apesar dos avanços significativos que ocorreram após a instituição da Comissão Gestora em outubro de 2004, faltou apoio político e/ou uma proposta diferente daquela que vinha sendo solicitada pela equipe, por parte da Diretoria de Economia e Meio Ambiente, no âmbito do próprio gabinete da SDS, bem como em todo o MMA. Assim sendo, as ações ficaram “sem visibilidade” e, desta forma, sem a devida articulação no próprio MMA, comprometendo o andamento das mesmas.

Apesar dessas dificuldades, foi instituída, após o I Fórum da A3P (TCU, em junho de 2005), uma Rede, denominada *Rede A3P*, atualmente com a participação de 350 órgãos públicos: canal de comunicação permanente para promover o intercâmbio técnico, difundir informações sobre temas de gestão ambiental, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental dos órgãos públicos parceiros, incentivar e promover programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências

1.2.6 – Gerente do Programa

Patrícia do Lago Grazinoli (coordenadora da Comissão Gestora da A3P – Portaria 221, de setembro de 2004).

1.2.7 – Gerente Executivo do Programa

Gerson Teixeira

1.3 - AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE COMPÕEM O PROGRAMA (relativas a Estatística e Indicadores)

Código	Descrição
18.541.0052.2B35.0	Assistência Técnica para a Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública..

1.3.1 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CÓDIGO – NOME

2B35 – Assistência Técnica para a Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública..

1.3.1.1 – Objetivo

Introduzir e apoiar procedimentos de coleta de novas informações ambientais e sistematizar informações ambientais existentes para subsidiar a construção do SINIMA -Sistema de Informações sobre Meio Ambiente e a geração de indicadores que relacionem a sustentabilidade ambiental a questões econômicas e sociais.

1.3.1.2 - Descrição:

Fortalecer as atividades da Comissão Gestora da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P por meio de parcerias com órgãos públicos, órgãos técnicos especializados, organizações não-governamentais, cooperativas e empresas interessadas em trabalhar a gestão ambiental e, ainda, estabelecer e divulgar diretrizes para implementação desta agenda;

Instrumentalizar técnica e politicamente as administrações públicas para inserção de critérios socioambientais que possibilitem melhoria do ambiente de trabalho e da relação do servidor público com o bem público; o uso positivo do poder de compra do governo; a redução dos impactos socioambientais negativos advindos das atividades administrativas governamentais (grande geração de resíduos sólidos e perigosos; desperdício de água, de energia e de bens de consumo).

Promover a troca de experiências entre as instituições que trabalhem a A3P;
Transformar os equipamentos públicos ocupados pelo Ministério do Meio Ambiente em modelos para demais administrações públicas.

1.3.1.3 – Metas Físicas

DESCRIÇÃO	UNIDADE	PROGRAMADA	EXECUTADA
	Unidade		

1.3.1.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
198.896,00	0,00	198.896,00	198.896,00	198.896,00

1.3.1.5 – Resultados Alcançados

Obs: Os resultados abaixo foram realizados em parceria com os órgãos e por isso sem a utilização de dotação orçamentária da SDS

1 – Assinatura do Termo de Adesão à A3P (parceria com o MMA) nos seguintes órgãos:

- 2 Tribunal de Contas da União (Termo de Cooperação Técnica, em andamento)
- 3 Prefeitura Municipal de São Paulo
- 4 Empresa de Correios e Telégrafos/Superintendência de Brasília
- 5 Tribunal Regional do Trabalho (1^o Região) – Rio de Janeiro
- 6 Tribunal de Contas da União
- 7 Câmara dos Deputados (em andamento)
- 8 Câmara Municipal de São Paulo (em andamento)
- 9 Empresa de Correios e Telégrafos – ECT (Superintendência de Brasília)
- 10 Ministério da Justiça
- 11 Prefeitura Municipal de Arapiraca (em andamento)
- 12 Prefeitura Municipal de Boa Vista (em andamento)
- 13 Prefeitura Municipal de São Paulo
- 14 Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (em andamento)
- 15 Tribunal Regional do Trabalho/1^o Região-Rio de Janeiro
- 16 Universidade Federal de Santa Catarina (em andamento)

2 – Palestra sobre Coleta Seletiva e visita à cooperativa de catadores para os funcionários da limpeza e cooperagem do MMA e do MinC (em parceria com o projeto Coleta Seletiva Solidária da Esplanada) – maio de 2006:

- a) gestão adequada de água;
- b) gestão adequada de resíduos;
- c) uso eficiente de energia;
- d) sensibilização para a necessidade da coleta seletiva;
- e) nova cultura institucional na Administração Pública.

3 – Realização do II Fórum de Gestão Ambiental na Administração Pública (04/09/2006), em parceria com a Câmara dos Deputados:

- Apresentação de experiências exitosas em A3P: Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal de Contas da União, Ecocâmara, ECT de Brasília, Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, Centro de Recursos Ambientais da Bahia, Prefeitura de São Paulo;
- Debate sobre as estratégias para a capacitação de servidores públicos em programas de gestão ambiental;

- Apresentação de indicadores padrão de desempenho para órgãos que implementam atividades de gestão ambiental;
- Visitas técnicas em órgãos parceiros: STJ, TSE, Ecocâmara e Correios/Brasília.

4 – Palestras/Oficinas de Capacitação com a participação da A3P (sem ônus para o MMA):

II Seminário Internacional Urbenviron – Rio 2006. Construção Participativa de uma Rede Internacional de Pesquisa Ambiental. 6 a 8/11/2008, Rio de Janeiro;

- Seminário Nacional sobre Compras Públicas – Fundação Getúlio Vargas/Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP – 27/10/2006, São Paulo;
- I Encontro da Qualidade, Biossegurança e Ambiente do Instituto Oswaldo Cruz - IOC/Rio de Janeiro – 18 e 19/10/2006;
- Tribunal Regional do Trabalho da 1º Região (Semana Comemorativa dos Sessenta Anos do TRTR/RJ) – 18/09/2006;
- Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (3º ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente) – 14 e 15/09/2006;
- II Fórum de Qualidade de Vida no Senado Federal – 28 a 30/08/2006;
- Semana do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados/Rádio Câmara – junho/2006;
- Tribunal de Contas da União/Secretaria Adjunta de Fiscalização – 21/03/2006.
- Presidência da República (Centro de Treinamento) – 23/05/2005 - o objetivo de apresentar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P para funcionários da casa.

5 – Lançamento do Projeto Coleta Seletiva Solidária da Esplanada no MMA e MinC, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social – Novembro de 2006:

- Apresentação do vídeo Coleta Seletiva Solidária: “Quanto menos lixo melhor” e apresentação do vídeo da A3P (17/11/2006);
- Sensibilização para a coleta seletiva com artistas e cantadores em todos os andares do Bloco B (14/11/2006);
- Distribuição de caixas coletoras de papel reciclável para os servidores do MMA e do MinC (14/11/2006).

6 – Propostas da Comissão Gestora da A3P como estratégias para a inserção da gestão ambiental nos órgãos de governo e no MMA, discutidas no âmbito da Rede A3P:

- **Minuta de proposta de Recomendação do CONAMA**, para inserção da dimensão ambiental nas atividades administrativas dos órgãos governamentais, incluindo ações para reduzir custos com a eliminação de desperdícios, estímulo a conscientização de servidores públicos sobre as questões ambientais, apoio ao desenvolvimento de tecnologias limpas, entre outros.
- **Proposta de alteração da Lei 8666/93**, que prevê a inclusão de preceitos na referida lei, visando a adoção de práticas ambientalmente corretas no âmbito da Administração Pública, fator que induzirá a um comportamento implementador da política ambiental. A proposta prevê a alteração dos artigos 3º e 15 da referida lei. Sugestão de realização de uma Consulta Pública.

2 **Solicitação de apresentação da A3P no Fórum das SPOA's**, para difundir informações sobre os objetivos e metodologia da A3P, bem como para consolidar o processo de inserção da gestão ambiental nas atividades administrativas do governo federal.

- **Inserção de critérios ambientais no Pregão Eletrônico** (articulação com o MPOG):
 - A aplicação de sistemas eletrônicos de compra, a exemplo do pregão eletrônico (bolsa eletrônica de compras), o qual, até um certo limite dispensa licitação, sendo que as compras são efetuadas por unidades catalogadoras divididas por especialidades;
 - Instituir uma “marca” que diferencie produtos e/ou serviços ambientalmente sustentáveis, baseado em critérios de rotulagem/certificação já estabelecidos (PROCEL, por exemplo). Oportunidades: produtos orgânicos, papel reciclado e não-clorado, produtos de madeira de procedência conhecida, etc.).

NO MMA E VINCULADAS:

3 **Minuta de Portaria instituindo a obrigatoriedade de uso de papel frente e verso nos serviços de reprografia**, a partir de uma determinada quantidade, nas deliberações, atos e documentos expedidos pelo MMA, e vinculadas (algumas secretarias já estão em conformidade – SRH, SQA e SECEX);

4 **Inclusão de especificação para a aquisição de novas impressoras que imprimem em modo DUPLEX**: imprimem nos dois lados da página sem que seja necessário recolocar o papel para a impressão frente e verso.

O usuário pode imprimir de forma simplex ou duplex, bastando fazer a opção adequada no *driver* da impressora. A configuração ofertada da impressora inclui todos os dispositivos de *hardware* e de *software* necessários para viabilizar a impressão no modo duplex.;

5 **Inclusão de especificação no contrato da empresa prestadora de serviços gerais do MMA, de cláusula de capacitação e/ou formação continuada** em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados.

5.3.1.5 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar

Nos últimos dois anos, houve um aumento bastante significativo no número de órgãos públicos que aderiram formalmente à A3P, bem como daqueles pertencentes à Rede A3P. Em 2004, por meio de um cadastro bastante precário deixado para a Comissão Gestora, havia cerca de 10 (dez) órgãos cadastrados no MMA. Atualmente, cerca de 350 órgãos públicos participam da Rede A3P, e em 2006, houve a adesão formal de 10 (dez) órgãos, indicando que o Poder Público está aos poucos se adequando à política de prevenção de impactos negativos ao meio ambiente, principalmente pelo contínuo esforço da comissão em disseminar as informações ambientais e a troca de experiências.

5.3.1.6 - Responsável pela Implementação

Patrícia Grazinoli e Mônica Rocha (equipe de coordenação) e Comissão Gestora da A3P (Portaria 221, de setembro de 2004).